

1 **Ata nº 06/2000 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

2 Aos seis dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se ordinariamente às 19 horas, na
3 Câmara Municipal de Porto Alegre a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **a)**
4 **Relatório de Gestão de 1999 e Prestação de Contas do 4º Trimestre do ano de 1999**
5 **da Secretaria Municipal de Saúde b) Assuntos Gerais. Conselheiros presentes:**
6 Humberto José Scorza, Palmira M. da Fontoura (falta justificada), Zenaide Ribeiro, Vanda
7 da Silva, Ione Terezinha Nichele, Maria Ivone Dill, Maria Alice Pilla Calvete (falta
8 justificada), Juracy Castro Corrêia, Raquel Rodrigues, Sylvia Fonseca, Débora
9 Raymundo Melecchi, Adelaide Lúcia Konzen, Lenise Hetzel (falta justificada), Rita de
10 Cássia Gonçalves Mascarenhas, André Ângelo Behle, Ana Lúcia Valente, José Nilton
11 Flores, Maria Josefina Crespo Costa, Jairo Tessari, Irineu Grinberg, Lúcia Beatriz
12 Mardini, Marco Antônio Plá, Rosa Harzheim, Reny Valmir Bigolin, Jorge Abib Cury, Lúcio
13 Borges Barcelos e Márcia Hentschke. Não Conselheiros: Estudantes/UFRGS: Vinícius
14 Pedroso Severo, Denise Gonçalves S. Machado, Lai Shao Chi, Anelise Lemos Grings,
15 Rodrigo Antonini Ribeiro, Ellen Alves de Almeida, Thaís Lillan, Greice C. Fontana. SMS:
16 Teresinha Maraskin/GD2, Giovana Roehe Monteiro e Ana Maria Haase/GD6, Kátia
17 Comerlato/PSF Wenceslau Fontoura, Luciane S. do Couto, Caren Vasata e Gustavo
18 Bernardes/Assessoria Jurídica, Marco Antônio Macerata/ GD5, Gabriela Veit Volkveis,
19 Márcia Marinho, Sylvia Regina Castro Paes e Eneida V. Rosa/ Gabinete do Secretário,
20 Maria Lúcia Baldasso/CGADTS, Elaine Silveira, Maria da Glória Accioly Sirena, Ivarlete de
21 França e Maria Walderez La Salvia/ASSEPLA, Marcelo Bósio/CVS, Denise Loureiro
22 Chaves dos Santos/U.S. Bananeira, Denise Girardi/ U.S. Vila Ipiranga, Lília Ravanelo/
23 U.S. Chácara da Fumaça, Maria da Graça Mallmann/ U.S. Santa Marta, Alexia
24 Dossa/U.S. Farrapos, Márcia Elisa Weber/U.S. Rubem Berta,. Outras Entidades: Helder
25 Xavier Simões/ Rede Aberta de Direitos Humanos, Silvia Ruschel/CMPA gab. Cláudio
26 Sebenelo, João Motta/ Presidente da CMPA, Renato Guimarães/CMPA Vereador, Maria
27 Lília Daleiro, Carlos Soares e Adalgiza Araújo /CES, Derocy Giácomo Cirillo da Silva/
28 Minist. Público Federal, Beatriz Freitas/SIMPA, Ana Maria Guzzon Garcia/SMED, Jussara
29 Cony/Assembléia Legislativa, Marina Gutierrez e Ricardo Haesbaert/ ALERGS, Maria
30 Letícia de Oliveira Garcia/CLS4, Alcindo Ferla, Kátia Reichow, Rose Barcellos e Maria
31 Luiza Jaeger/ SES, Fernando da Rosa/ Morador da Vila Safira. **a) Relatório de Gestão**
32 **de 1999 e Prestação de Contas do 4º Trimestre do ano de 1999 da Secretaria**
33 **Municipal de Saúde.** O Coordenador Humberto inicia os trabalhos saudando todos os
34 presentes e convida para compor a mesa o vereador João Motta, Presidente da CMPA,
35 deputada estadual Jussara Cony, Procurador Derocy Cirillo e conselheiro Jairo Tessari
36 representando o Conselho Estadual de Saúde e Secretário Municipal de Saúde, Lúcio
37 Borges Barcelos. A conselheira Ione faz a leitura do regimento interno da prestação de
38 contas. O vereador João Motta e a deputada Jussara Cony fazem a sua intervenção
39 destacando a importância da criação do Conselho para as conquistas da saúde na
40 cidade. Em seguida o Secretário passa a explanar o conteúdo da prestação abordando
41 os seguintes itens: indicadores socio-econômicos (PIB Percapita R\$ 7.721,00, pop. com
42 esgoto 82%, pop. com água potável 99%, pop. urbana 98,7%, pop. rural 1,3%, densidade
43 populacional 2733.70 hab/km², nível médio de escolaridade 8 anos); aspectos
44 demográficos (estimativa da população de Porto Alegre em 1999: 1.314.032 hab.);
45 indicadores de saúde: morbidade hospitalar, causas mais frequentes de internações;
46 ações de vigilância em saúde: situação das investigações epidemiológicas realizadas em
47 1999 (anexo 1); políticas de saúde: atenção a saúde da criança e do adolescente, saúde
48 da mulher, saúde mental, nutrição, PSF e saúde bucal (anexo2); urgência, emergência e
49 pré-hospitalar, atendimento ambulatorial: procedimentos por nível de complexidade
50 (anexo3); produção da rede própria e central de marcação de consultas e exames. A rede
51 própria aumentou sua produção em 8% em relação ao ano de 1998. A quantidade de
52 procedimentos da rede própria significa 24% e os prestadores contratados e conveniados
53 76%. A Central de marcação de consultas e exames tem uma média mensal de 21.000
54 agendamentos. A procedência da marcação das consultas são de unidades de Porto

55 Alegre, SMS da Região Metropolitana e SMS do Interior, que no Iº trimestre totalizou
56 56.974, no IIº trimestre totalizou 67.644, no IIIº trimestre totalizou 66.765 e no IVº trimestre
57 totalizou 61.867, sendo o acumulado do ano 253.250. Quanto a procedência de marcação
58 de exames foi disponibilizado dados do IIIº trimestre que totalizou 4.472 e o IVº trimestre
59 totalizou 5.231. A grande maioria dos exames dos moradores da cidade não é marcada
60 pela CMCE. Foram instituídas cotas para as unidades e o agendamento é direto. A partir
61 do IIº trimestre foi consolidado o agendamento de exames para o interior. O usuário do
62 interior não precisa mais vir a Porto Alegre para agendar. Internações hospitalares:
63 natureza da hospital /AIH pagas, valores gastos com internações hospitalares por
64 procedência do paciente, evolução do custo médio da internação (anexo 4); Infra-
65 estrutura: aplicação de recurso por tipo de obra (valores do planos de investimentos
66 98/99), Porto Saúde 2000, desenvolvimento organizacional, informatização: projetos e
67 atividades (anexo5); recursos financeiros e orçamentários : despesas da Prefeitura com a
68 saúde, despesas gerais, despesas com pessoal, receitas (anexo 6); controle social e
69 metas (anexo 7). Em relação ao tema exposto houve pedido de esclarecimentos dos
70 conselheiros José Nilton e Jairo, Sra. Beatriz do SIMPA e do Procurador Derocy, que
71 fizeram as seguintes indagações: se o hospital de Pronto de Socorro já está sendo
72 ressarcido pelos seguros privados quando atende seus clientes; se o contrato de metas
73 foi discutido com os prestadores; como está sendo avaliado as internações; como está o
74 fluxo de referência e contra referência, a funcionalidade da central de marcação de
75 consulta e exames, o nível de absenteísmo e a política de consórcios. Secretário Lúcio
76 responde que o Ministério da Saúde instituiu um sistema de ressarcimento dos seguros
77 privados aos hospitais públicos sendo necessário cruzar o cadastro das seguradoras com
78 os dos hospitais. Em relação a proposta de contrato de metas com os prestadores,
79 informa que já foi assinado um protocolo de intenções, resultado da portaria do Ministério
80 da Saúde que rege o FIDEPS. Mas o Ministério prorrogou o prazo para a assinatura dos
81 contratos, enquanto isso a Secretaria está fechando os quantitativos para negociar com
82 os hospitais. Responde que a central de internação está sendo implantada a partir de
83 software do DATASUS. Terá uma central telefônica operada por videofonistas e um
84 médico autorizador que fará a supervisão in loco. Quanto a central de marcação
85 responde que está sendo feito um esforço para adaptar a demanda de consultas que é
86 insuficiente. Os hospitais ofertam um volume que não dá conta de atender a demanda.
87 Informa que a central de marcação passará a funcionar na mesma lógica da central de
88 internação, isto é, será pago somente o que for ofertado. Quanto ao fluxo da referência e
89 contra referência hoje se perde a caminhada do paciente e o absenteísmo varia conforme
90 a especialidade e a demora da consulta. A forma de reduzi-lo é diminuir o tempo entre a
91 oferta e realização da consulta. Quanto aos consórcios já houve uma tentativa de
92 implementação, foi constituído um grupo de trabalho mas não foi operacionalizado por
93 questões financeiras. A seguir o Conselheiro Jorge Cury realiza a leitura do parecer nº
94 03/2000: “A Secretaria Técnica - SETEC em conjunto com o Núcleo de Coordenação
95 analisou o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do 4º trimestre do ano 1999 da
96 Secretaria Municipal de Saúde, que tem como objetivo apresentar as ações de saúde e a
97 correspondente aplicação dos recursos destinados à saúde, atendendo o previsto na Lei
98 Federal nº 8689/93, art. 12.Considerando que os dados da Prestação de Contas, incluem
99 o consolidado do ano de 1999 e permite um comparativo com 1998; Considerando que as
100 informações apresentadas, são fruto de discussões e acúmulo com o Controle Social;
101 Considerando a qualificação progressiva na forma de apresentação, possibilitando o
102 acompanhamento da atuação do gestor; Considerando que os prazos legais foram
103 cumpridos. A SETEC e o Núcleo de Coordenação são de parecer favorável a que a
104 plenária aprove o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do 4º trimestre do ano de
105 1999, da Secretaria Municipal de Saúde.” O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas
106 foram aprovados com dezenove votos a favor e uma abstenção. **b) Assuntos Gerais:**
107 entrega do convite para as atividades do Dia Mundial da Saúde – 07/4. Não Tendo mais

108 nada a tratar a reunião encerrou-se as 21h15min. que após ser lida e aprovada será
109 assinada.

110

111

112 Humberto José Scorza
113 Coordenação do CMS/POA

Jane Pilar/Silvia Martins
Secretaria Executiva/CMS-POA